



AUDIÊNCIA PÚBLICA
2º. QUADRIMESTRE DE 2018

Desempenho Orçamentário

Parágrafo 4º. Artigo 9º. Lei
LRF101/2000

Artigo 180 – Lei Orgânica
Municipal

Controle Interno

EXERCÍCIO 2018

SUMÁRIO

Quadro I – Comparativo das Metas Bimestrais de Arrecadação	02
Tabelas I : Execução Orçamentária – maio a agosto 2017 e 2018	03
Tabela II: Composição das Receitas Arrecadadas – maio a agosto de 2018	04
Tabela III: Despesas por função de Governo – maio a agosto 2018	05
Tabela IV: Demonstrativo da Execução da Despesa p/ cat. Econômica e descrição – maio a agosto 2018	06
Tabela V: Gastos com a Educação – acumulados até agosto 2018	07
Tabela VI: Aplicação recursos do FUNDEB – acumulado até agosto 2018	07
Tabela VII: Gastos com a Saúde – acumulados até agosto 2018	08
Tabela VIII: Dos restos a pagar em 31.08.2018, referente a 2017	08
Tabela IX: Demonstrativo resumido da Receita Corrente Líquida em 31.08.2018	09
Tabela X: Demonstrativo Resumido da Despesa com Pessoal	09
Tabela XI: Demonstrativo da Receita, Despesa e Saldo Financeiro	10
Tabela XII: Disponibilidade Financeira em 31.08.2018	10
Tabela XIII: Demonstrativo dos Restos a Pagar – Processados em 31.08.2018	10
Tabela XIV: Acompanhamento do Repasse de Recurso para o Poder Legislativo Municipal	11
Conclusão:	12
Considerações Finais:	12

RELATÓRIO DO DESEMPENHO DA PREFEITURA DA CIDADE DE CONQUISTA FRENTE À LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL.

2º QUADRIMESTRE DE 2018

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

1 – RELATÓRIO DE DESEMPENHO DA PREFEITURA DA CIDADE DE CONQUISTA FRENTE À LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - 2º QUADRIMESTRE 2018 (quadros comparativos 2017/2018)

Este relatório tem por objetivo abordar, de forma resumida, alguns aspectos considerados mais relevantes da Execução Orçamentária e Financeira da Prefeitura da cidade de Conquista no 2º quadrimestre de 2018 (maio a agosto), bem como análise do orçamento comparando 2017 e 2018.

Ao longo deste documento procuramos oferecer elementos para melhor compreensão dos quadros de tabelas da Lei de Responsabilidade Fiscal. Parágrafo 4º., Artigo 9º. – **LRF 101/2000**.

1 - QUADRO I - COMPARATIVO DAS METAS BIMETRAIS DE ARRECADAÇÃO

Artigo 13 da Lei Complementar 101/2000

Em R\$

BIMESTRE	META DE ARRECADAÇÃO	RECEITA ARRECADADA	DIFERENÇA
1º.	4.274.166,66	4.397.273,82	<i>123.107,16</i>
2º	4.274.166,66	3.991.282,70	<i>-282.883,96</i>
3º.	4.274.166,66	5.034.187,76	<i>760.021,10</i>
4º.	4.274.166,66	4.361.653,32	<i>87.486,66</i>
5º.	4.274.166,66	0,00	<i>0,00</i>
6º.	4.274.166,70	0,00	<i>0,00</i>
TOTAL	25.645.000,00	17.784.397,60	<i>687.730,96</i>

1.1- Execução Orçamentária

A execução orçamentária apresentada pela **Tabela I** foi apurada considerando os ingressos de natureza orçamentária, receitas executadas e das despesas liquidadas em valores acumulados no **SEGUNDO Quadrimestre do exercício 2018**. Com o objetivo de permitir a comparabilidade, evidenciamos também à execução do mesmo período de 2017.

Nota: A execução orçamentária apresentada neste relatório refere-se somente ao Poder Executivo Municipal, considerando que até a data de fechamento do relatório o Poder Legislativo não encaminhou os balanços e demonstrativos referentes ao mês de agosto para a devida consolidação do **2º quadrimestre de 2018**.

Tabela I - Execução Orçamentária – Maio a Agosto - 2017 e 2018

Em R\$

Receitas	Maio a Agosto 2017			Maio a Agosto 2018		
	Previsão Anual (A)	Execução Quadrimestral (B)	(B/A)*100 %	Previsão Anual (A)	Execução Quadrimestral (B)	(B/A)*100 %
Receitas Correntes	22.900.000,00	8.530.439,39	37,25%	24.745.000,00	9.152.003,84	36,98%
Receitas de Capital	1.100.000,00	100.000,00	9,09%	900.000,00	243.837,24	27,09%
Total Receita	24.000.000,00	8.630.439,39	35,96%	25.645.000,00	9.395.841,08	36,64%

Em R\$

Despesas	Maio a Agosto 2017			Maio a Agosto 2018		
	Fixação (A)	Execução Quadrimestral (B)	(B/A)*100 %	Fixação (A)	Execução Quadrimestral (B)	(B/A)*100 %
Sem a câmara						
Despesas Correntes	20.661.000,00	6.881.989,72	33,31%	21.727.000,00	7.909.916,35	36,41%
Despesa de Capital	3.299.000,00	160.375,61	4,86%	3.878.000,00	892.141,96	23,00%
Reserva Contingência	40.000,00			40.000,00		
Total Despesa	24.000.000,00	7.042.365,33	29,34%	25.645.000,00	8.802.058,31	34,32%
Resultado		+1.588.074,06			+593.782,77	

A arrecadação do Segundo Quadrimestre de 2018 alcançou **36,64%** da receita inicialmente prevista para o ano. Já a execução da despesa no mesmo período alcançou um índice de **34,32%** da despesa inicialmente fixada.

Tabela II

1.2 Índice de Execução da Receita de Maio a Agosto 2018 e composição arrecadada acumulada.

ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA	RECEITA 2º. QUADRIMESTRE DE 2018			Receita
	(ACUMULADA) Maio a Agosto			Acumulada
	Execução	% por origem	% por receita	no Ano
RECEITA TRIBUTÁRIA				
IPTU	377.538,94	34,90%		608.545,10
IRRF	65.777,58	6,08%		87.981,45
IRRF S/ OUTROS RENDIMENTOS	73.706,53	6,81%		149.161,02
ITBI	231.829,04	21,43%		301.711,36
ISSQN	203.186,95	18,78%		343.552,78
TAXAS	129.836,93	12,00%		211.991,08
TOTAL RECEITA TRIBUTÁRIA	1.081.875,97	100,00%	11,51%	1.702.942,79
RECEITA PATRIMONIAL				
ALUGUÉIS	2.284,68	1,86%		4.520,37
RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	120.407,70	98,14%		243.224,22
TOTAL DA RECEITA PATRIMONIAL	122.692,38	100,00%	1,31%	247.744,59
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES				
COTA PARTE - FPM	3.029.597,04	38,26%		5.909.481,05
COTA PARTE - I T R	12.353,13	0,16%		44.222,91
TRANSF. REC. SUS BLOCO ATENÇÃO BÁSICA	535.637,32	6,76%		771.274,64
TRANSF. REC. SUS BLOCO VIGILANCIA EM SAÚDE	34.473,60	0,44%		56.265,60
OUTROS PROGR. FINANC. TRANS. FUNDO A FUNDO	33.022,49	0,42%		189.196,56
TRANSFERÊNCIAS REC. F N A S	55.720,00	0,70%		94.695,36
SALÁRIO EDUCAÇÃO - QESE	53.652,03	0,68%		118.176,44
TRANSFERÊNCIA FNDE/PDDE	300,00	0,00%		300,00
TRANSFERÊNCIA FNDE/PNAE	25.804,80	0,33%		38.253,60
TRANSFERÊNCIA FNDE/PNATE	7.315,96	0,09%		10.125,13
OUTRAS TRANSF. DO FNDE	52.028,04	0,66%		52.028,04
ICMS - DESONERAÇÃO LC 87/96	21.384,44	0,27%		42.768,88
OUTRAS TRANSF. DA UNIÃO - FUNDO ESPECIAL	44.017,61	0,56%		80.908,62
COTA PARTE ICMS	4.700.853,52	59,37%		8.917.315,32
COTA PARTE IPVA	325.821,76	4,11%		723.636,44
COTA PARTE IPI	66.318,02	0,84%		127.499,14
COTA PARTE CIDE	4.774,11	0,06%		15.067,45
COTA PARTE COMPENSAÇÃO FINANC. CFRH	114.304,52	1,44%		242.234,78
TRANSF. FUNDO ESTADUAL ASSIST. SOCIAL (FEAS)	2.000,00	0,03%		2.000,00
FUNDEB	349.801,24	4,42%		1.111.239,23
TRANSF. CONV. ESTADO PROGR. EDUCAÇÃO	10.080,00	0,13%		34.380,00
REDUTORA DO FUNDEB	-1.561.191,97	-19,72%		-3.082.910,59
TOTAL TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.918.067,66	100,00%	84,27%	15.498.158,60
OUTRAS RECEITAS CORRENTES				
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTO	7.420,09	25,27%		16.074,69
OUTRAS RECEITAS DIVERSAS	21.947,74	74,73%		48.626,93
TOTAL OUTRAS RECEITAS CORRENTES	29.367,83	100,00%	0,31%	64.701,62
TOTAL GERAL DAS RECEITAS CORRENTES	9.152.003,84		97,40%	17.513.547,60
RECEITA DE CAPITAL				
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNA	0,00	0,00%		0,00
ALIENAÇÃO DE BENS - MÓVEIS	0,00	0,00%		0,00
ALIENAÇÃO DE BENS - IMÓVEIS	0,00	0,00%		0,00
TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO		0,00%		0,00
TRANSF. RECURSO SUS EQUIP. ODONTOLÓGICO	25.000,00	10,25%		25.000,00
TRANSF. CONVÊNIOS				
TRANSF. CONVÊNIOS COM A UNIÃO				
CONVÊNIO RECAP. ASFÁLTICO CR 1023282-93	95.912,24	39,33%		122.925,00
CONVÊNIO RECAP. ASFÁLTICO CR 1029764-87	122.925,00	50,41%		122.925,00
TRANSF. CONVÊNIOS COM O ESTADO				
TOTAL RECEITA DE CAPITAL	243.837,24	100,00%	2,60%	270.850,00
TOTAL DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	9.395.841,08		100,00%	17.784.397,60

As receitas do Município são representadas pelas receitas tributárias (impostos e taxas municipais), que correspondem a **11,51%** do total das receitas arrecadadas, sendo que destas se destacaram neste quadrimestre com maior índice de pontos percentuais o IPTU, ITBI e ISSQN, as receitas patrimoniais que neste período representam **1,31%** do total arrecadado; as transferências correntes que juntas representam **84,27%** do total arrecadado, sendo que destas se destacam com maior índice o FPM e ICMS; as outras receitas correntes que totalizaram **031,%** do total arrecadado e a receita de capital que neste SEGUNDO quadrimestre representaram **2,60,%** do total arrecadado.

1.3- Índices de Execução da Despesa

Tabela III – Despesas por Função de Governo – 2º. Quadrimestre 2018 e valor acumulado até este período.

FUNÇÃO	2º. Quadrimestre Maio a Agosto 2018	% Quadrimestre	Execução Acumulada no Ano 2018
Legislativa	0,00	0,00%	423.795,07
Judiciária	206.512,93	2,35%	414.419,41
Administração	2.615.555,35	29,72%	4.874.350,10
Assistência Social	199.359,30	2,26%	284.176,36
Saúde	2.944.476,28	33,45%	5.029.608,92
Educação	1.500.054,34	17,04%	2.955.958,48
Cultura	58.018,53	0,66%	182.185,06
Urbanismo	1.052.653,31	11,96%	1.699.221,39
Gestão Ambiental	14.537,19	0,17%	16.678,49
Agricultura	131.384,98	1,49%	233.084,92
Comércio e Serviços	4.581,70	0,05%	4.581,70
Transporte	39.982,03	0,45%	82.747,13
Desporto e Lazer	34.942,37	0,40%	52.896,32
TOTAL GERAL	8.802.058,31	100,00%	16.253.703,35

Ao analisarmos os gastos por funções de governo, podemos observar a aplicação na manutenção dos gastos públicos nas áreas acima demonstradas. As funções que o governo aplicou mais recursos em relação ao total executado foram Administrativa (29,72%), Saúde (33,45%), Educação (17,04%).

Tabela IV – Demonstrativo da Execução da Despesa por Elemento e Categoria Econômica no 2º. Quadrimestre de 2018.

DESCRIÇÃO DA DESPESA	ATUALIZADA P/ 2018	EXECUTADA - Maio a Agosto 2018	% por Elemento da Despesa	% p/ Categ. Econômica	% em relação a Despesa atualizada	EXECUTADA ACUMULADA NO ANO 2018
DEPESAS CORRENTES						
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.513.753,07	4.131.242,94	52,23%		33,57%	8.667.393,50
Aposentadorias e reformas	30.000,00	7.632,00	0,10%		25,44%	15.264,00
Pensões	46.700,00	14.293,16	0,18%		30,61%	28.586,32
Contrato p/ tempo determinado	1.286.098,07	414.257,83	5,24%		30,58%	807.513,41
Outros Benefícios Previdenciários do Serv.	5.000,00	0,00	0,00%		0,00%	0,00
Vencimentos e Vantag. Pessoal civil	9.681.395,00	2.914.034,88	36,84%		33,92%	6.198.263,57
Obrigações patronais	2.276.200,00	733.345,65	9,27%		35,06%	1.531.274,03
Outras Despesas Variáveis Pessoal Civil	20.000,00	0,00	0,00%		0,00%	0,00
Indenizações e restituições trabalhistas	168.360,00	47.679,42	0,60%		23,05%	86.492,17
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	13.071.266,12	3.778.673,41	47,77%		20,88%	6.508.151,39
Juros sobre a Dívida por Contrato	21.000,00	0,00	0,00%		0,00%	0,00
Contribuições	478.200,00	272.288,65	3,44%		9,66%	318.459,79
Subvenções Sociais	239.000,00	75.301,44	0,95%		9,67%	98.412,55
Contratação por Tempo Determinado	5.000,00	0,00	0,00%		0,00%	0,00
Diária Pessoal Civil	203.300,00	7.550,00	0,10%		14,13%	36.275,00
Auxílio Financeiro ao Estudante	614.900,00	177.667,50	2,25%		20,97%	306.619,00
Material de Consumo	2.762.870,00	690.894,83	8,73%		20,04%	1.244.580,19
Passagem e Despesas com locomoção	60.650,00	1.400,00	0,02%		6,03%	5.059,34
Serviço de Consultoria	75.000,00	0,00	0,00%		21,30%	15.977,68
Outros Serv.Terceiros de Pessoa Física	1.228.490,00	280.943,77	3,55%		21,25%	542.050,97
Outros serv.Terceiros de Pessoa Jurídica	5.803.300,00	1.717.037,34	21,71%		22,27%	3.009.712,50
Auxílio Alimentação	1.017.300,00	425.703,32	5,38%		17,14%	600.082,52
Obrigações Tributárias e Contributivas	265.000,00	79.160,71	1,00%		23,54%	141.549,75
Outros Aux. Financ. a Pessoas Físicas	57.000,00	7.513,06	0,09%		4,81%	10.256,88
Sentenças Judiciais	1.000,00	0,00	0,00%		0,00%	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	114.760,00	0,00	0,00%		85,29%	97.879,44
Indenizações e Restituições	124.496,12	43.212,79	0,55%		30,54%	81.235,78
TOTAL DESPESAS CORRENTES	26.585.019,19	7.909.916,35	100,00%	97,50%	27,33%	15.175.544,89
DESPESAS DE CAPITAL						
Obras e Instalações	441.382,00	84.514,83	9,47%		3,13%	98.312,78
Equip. e Material Permanente	647.000,00	415.473,90	46,57%		4,59%	445.197,79
Aquisição de Imóveis	267.200,00	257.000,00	28,81%		0,00%	257.000,00
Principal da Dívida Contratual Resgatado	226.000,00	32.179,35	3,61%		17,49%	71.700,13
Sentenças Judiciais (precatórios)	258.000,00	102.973,88	11,54%		39,91%	205.947,76
TOTAL DESPESA DE CAPITAL	1.839.582,00	892.141,96	100,00%	2,50%	10,11%	1.078.158,46
Reserva de Contingência	0,00	0,00				0,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	28.424.601,19	8.802.058,31		100,00%	26,22%	16.253.703,35

A tabela IV acima mostra a variação em percentuais da despesa executada no **Segundo Quadrimestre de 2018**, com ênfase nas principais aplicações em relação ao total executado, bem como o índice realizado em relação ao orçamento atualizado.

1.4 - Aplicações Constitucionais no setor de Educação.

Tabela V - EDUCAÇÃO

Artigo 212 da CR/88 c/c com a EC 53/2006.

Lei 9.394/96

IN TCE/MG 013/2008 – IN 01/10 – IN 09/11 – IN 05/2012

Acumulado até Agosto	Receita Base cálculo	Valor mínimo a aplicar 25%	Valor aplicado	% Percentual
2018	17.255.875,45	4.313.968,86	4.892.272,95	28,35%

Conforme podem ser observados os gastos com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino até o mês de Agosto/2018 foram de **28,35%** (por cento) da receita arrecadada dos impostos e transferências constitucionais.

Até o 2º. Quadrimestre 2018 de cada R\$ 100,00 oriundos de arrecadação de impostos e transferências constitucionais **R\$ 28,35** foram aplicados na manutenção das ações de ensino.

1.5 – Aplicação dos Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – (CF, ADCT, Art. 60, Incisos I, IV e XII) c/c Emenda Constitucional 53/2006.

Lei 11.494/07

IN TCE/MG 009/2011 – 005/2012

Tabela VI – FUNDEB

Saldo disponível em 31/12/2017	R\$ 20.393,07
TÍTULOS	VALOR acumulado até Agosto 2018
RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (incluídas aplicações) (A)	R\$ 1.113.806,61
DESPESAS PAGAS NO EXERCÍCIO (B)	R\$ 1.103.961,02
DESPESAS PAGAS NO EXERCÍCIO COM A REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO (C)	R\$ 935.119,52
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31/08/2018	R\$ 30.238,66
PERCENTUAL APLICADO NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO 60%(C/A)	82,45%

Conforme pode ser observado, os gastos com a remuneração dos profissionais do magistério com recursos do FUNDEB atingiram o limite de **82,45%** (por cento) da receita arrecadada, sendo que de acordo com a Lei 11.494/07 devem ser aplicados no mínimo 60% durante o exercício com estes profissionais. **Frisa-se que este percentual do FUNDEB somente pode ser aplicado aos profissionais em efetivo exercício de suas atividades na rede pública municipal.**

**1.6 - Tabela VII – SAÚDE – Artigo 198, parágrafo 2º., Inciso III da CR/88 c/c EC 29/2000.
Leis Federais 8.080/90, 8.142/90 e 141/2012.
IN TCE/MG 008/2011 e IN 005/2012**

Evidenciamos abaixo quadro de aplicação dos recursos nas ações e serviços Públicos de Saúde.

TÍTULOS	VALOR acumulado até Agosto 2018
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (A)	16.904.521,88
GASTOS NAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - RECURSOS PRÓPRIOS (B)	4.017.280,60
VALOR MÍNIMO A APLICAR (C)	2.535.678,28
PERCENTUAL APLICADO NAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICO DE SAÚDE (B/A)	23,76%

Até o 2º quadrimestre de 2018, o município aplicou nas ações e serviços públicos de saúde **23,76%** (por cento) das receitas de impostos e transferências constitucionais.

De cada R\$ 100,00 oriundos da arrecadação de impostos e transferências **R\$ 23,76** foram gastos com a manutenção das ações dos serviços públicos de saúde.

1.7 - DOS RESTOS A PAGAR

Tabela VIII – Restos a pagar processados referentes ao Exercício 2017

RESTO A PAGAR DE 2017 (empenhos liquidados)	PAGO em 2018 referente a 2017	VALOR A PAGAR DE 2017
79.908,07	72.708,07	7.200,00

A Prefeitura em 31 de Dezembro de 2017 teve um resto a pagar de empenhos processados no valor de R\$ 79.908,07, os quais foram pagos até 31 de agosto o montante de R\$ 72.708,07. O Saldo a pagar de R\$ 7.200,00 refere-se ao pagamento de servidores a serviço da Farmácia de Minas, pois o governo do Estado não repassou o recurso até a presente data. Conforme disposto no **artigo 42 da lei 101/2000**, é vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida

integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.

1.8 – Controle de Gastos com Pessoal

Tabela IX

Demonstrativo Resumido da Receita Corrente Líquida, (mês de referência AGOSTO de 2018).

Artigo 2º., parágrafo 3º. da Lei 101/2000.

Em R\$ Mil

ESPECIFICAÇÕES	Mês de referência AGOSTO/2018	%
Receita Tributária	2.218.961,80	8,38%
Receita Patrimonial	383.967,82	1,45%
Transferências Correntes	28.502.870,82	107,66%
Outras Receitas Correntes	87.419,91	0,33%
(-) Dedução Receita pra formação FUNDEB	-4.719.032,71	-17,82%
Receita Corrente Líquida	26.474.187,64	100,00%

Tabela X – Demonstrativo Resumido da Despesa com Pessoal - Executivo.

Artigo 18, parágrafo 2º. da Lei 101/2000.

Em R\$ Mil

DISCRIMINAÇÃO	MÊS DE REFERENCIA	VALOR ACUMULADO (NO MÊS E NOS ONZE MESES ANTERIORES AO EXERCÍCIO CORRENTE)
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (A)	AGOSTO 2018	26.474.187,64
GASTOS COM PESSOAL ATIVO DA PREFEITURA (B)		12.975.575,03
PERCENTUAL APLICADO PELA PREFEITURA (B/A)		49,01%

A tabela X acima demonstra que a despesa com pessoal no período em referência consumiu **49,01%** da receita corrente líquida arrecadada, abaixo do limite legal máximo (**54%**), conforme Artigo 19 c/c com o Artigo 20 da lei LRF 101/2000.

NOTA: Em observância ao disposto no Inciso II, Parágrafo Primeiro do Artigo 59 da Lei 101/2000, verificamos que neste SEGUNDO quadrimestre o dispêndio com pessoal se encontra com percentual **ACIMA** dos 90%, em relação ao limite máximo 54%.

Alerta da Controladoria: conforme determina o inciso II do parágrafo 1º., artigo 59 da Lei 101/2000, o Tribunal de Contas do Estado TCE/MG emitirá um alerta informando que o montante da despesa total com pessoal neste 2º. Quadrimestre ultrapassou 90% (noventa por cento - 48,6%) do limite de 54% para o Poder Executivo. **Alertamos** que se a despesa com pessoal exceder 95% (51,30% Limite Prudencial) do limite máximo para o Poder Executivo (54% art.20, III, b), deverão serem observadas as vedações dispostas no artigo 22 c/c 23 da Lei 101/2000 Lei de Responsabilidade Fiscal.

1.9 – Demonstrativos das Receitas, Despesas e Saldo Financeiro no SEGUNDO Quadrimestre e acumulado no exercício 2018.

Tabela XI DEMONSTRATIVO DA RECEITA REALIZADA, DESPESA PAGA e SALDO FINANCEIRO – Prefeitura:

EXERCÍCIO 2018	RECEITAS REALIZADA		TOTAL	DESPESAS EXECUTADA PAGA		TOTAL	Diferença	SALDO BANCÁRIO EM <u>30.04.2018</u>	ENTRADAS Total 2018	RETIRADAS Total 2018	SALDO DISPONÍVEL EM 31.08.2018
	ORÇAMENTÁRIA	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	RECEITAS	ORÇAMENTÁRIAS	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DESPESAS					
2º. Quad.	9.395.841,08	577.003,53	9.972.844,61	9.624.409,39	1.110.432,51	10.734.841,90	-761.997,29	8.789.244,58	19.205.828,75	19.967.826,04	8.027.247,29
Acumul.	17.784.397,60	1.007.567,51	18.791.965,11	15.268.317,39	2.098.966,40	17.367.283,79	1.424.681,32	<u>31.12.2017</u> 6.602.565,97	36.417.707,50	34.993.026,18	8.027.247,29

Tabela XII - DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31.08.2018

CONTA	VALOR R\$
Banco contas movimento - Prefeitura	5.421.969,40
Banco contas vinculadas - Prefeitura	2.605.277,89
Saldo disponível em 31.08.2018	8.027.247,29

Tabela XIII - DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR EM 31.08.2018

RESTOS A PAGAR	VALOR R\$
Restos a pagar PROCESSADOS - PREFEITURA	561.590,89
Total restos a pagar em 31.08.2018	561.590,89

1.10 - ANÁLISE DA OBSERVÂNCIA DO DISPOSTO NO INCISO I, ART. 29-A DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, REFERENTE AO REPASSE ANUAL DE RECURSOS AO PODER LEGISLATIVO.

Tabela XIV – ACOMPANHAMENTO DO REPASSE DE RECURSOS PARA A CÂMARA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
RECEITA DA CÂMARA – PARA O EXERCÍCIO 2018	1.784.883,35
ARRECADAÇÃO DO MUNICÍPIO (EXERCÍCIO ANTERIOR)	25.498.333,60
% REPASSE	7%

Receita Tributária + Transferências

Os repasses que serão efetuados ao Poder Legislativo durante o exercício 2018, corresponderão a 7% da Arrecadação do Município no exercício anterior, em conformidade com o disposto na Emenda Constitucional 58/2009. O montante no valor de R\$ 1.784.883,35 deverá ser repassado ao Poder Legislativo em 2018. A estimativa mensal de repasse é de R\$ 148.740,28. Até o dia 20 do mês de Agosto foram repassados o montante total de **R\$ 1.124.421,01**, observando assim o disposto no inciso II, parágrafo 2º. do artigo 29-A da Carta Magna.

No repasse do mês de janeiro houve o desconto de **R\$ 65.501,23** em atendimento do ofício 03/2018 enviando pela Câmara Municipal e em observância às determinações impostas pelo §3, artigo 3º. da Instrução Normativa 008/2003 TCE-MG. Portanto o repasse do dia 19/01/2018 foi no montante de **R\$ 83.239,05**, já que o saldo financeiro que permaneceu em poder da Câmara em 31/12/2017, foi no montante de **R\$ 65.501,23**.

CONCLUSÃO

Acompanhamos os trabalhos dos setores internos da Prefeitura Municipal de Conquista Estado de Minas Gerais no Segundo Quadrimestre do exercício de 2018, elaboramos o nosso relatório quadrimestral dando maior ênfase a aspectos e informações contidas nas demonstrações orçamentárias e contábeis, porém, destacamos que: a responsabilidade pelo sistema de controle cabe a administração, nos termos da Constituição da República, Arts. 31 e 74; destacamos que o Controle Interno não é uma pessoa, e sim um sistema em que todos são responsáveis, cada um dentro das suas especificações e atribuições; a responsabilidade no controle de cada Setor segue hierarquicamente cada responsável ou chefia e ao pessoal de cada departamento que exerce cargo ou função de direção, nos termos do que dispõe a Constituição da República, art. 74, § 1º; a responsabilidade do Sistema de Controle Interno reside na coordenação técnica dos setores e no apoio dos servidores encarregados de cada setor, no que se refere à observância dos princípios de Controle Interno, tendo por objetivo possuir ações preventivas antes que ações ilícitas, incorretas ou impróprias possam atentar contra os princípios da Constituição da República Federativa do Brasil, principalmente o artigo 37, seus incisos e parágrafos. A função da Controladoria é acompanhar a execução dos atos e apontar, em caráter **sugestivo, preventivo ou corretivamente**, as ações a serem desempenhadas, zelando pela boa governança e pela redução dos riscos.

Considerações Finais

O Sistema de Controle Interno de Conquista foi criado pela Lei Municipal 1022/2011, e sua atuação independente vêm contribuindo para que o Município alcance os mandamentos Constitucionais fixados no *caput* do seu artigo 37: moralidade, impessoalidade, legalidade, publicidade e eficiência.

Com a apresentação deste relatório e das demonstrações contábeis relativas ao período em análise (maio a agosto) 2018, a Controladoria Geral do Município cumpre uma das suas tarefas, qual seja o acompanhamento da apresentação da Prestação de Contas de responsabilidade do Poder Executivo da cidade de Conquista – Minas Gerais.

Com estas breves considerações a Controladoria Geral do Município de Conquista Estado de Minas Gerais, espera contribuir para a leitura dos demonstrativos que compõe as Prestações de Contas da Gestão Municipal, oferecendo maior transparência às finanças municipais, e cumpre a legislação vigente Artigo 180 da Lei Orgânica Municipal e no § 4º. Artigo 9º. da LRF/101, bem como para avaliação por parte do Poder Legislativo e, principalmente, do cidadão.

CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

Art. 73. A sociedade tem direito a governo honesto, obediente à lei e eficaz.

Data base das informações: **31.08.2018**

Ângelo TizoRoncolato Junior
Controle Interno

Conquista, 24 de setembro 2018.

Angela Cristina Aleixo
Contabilidade

Paulo Assunção Valentino Filho
Coord. Tesouraria

Simone Aparecida Pereira de Castro
Secretaria Municipal de Fazenda

Tarcízio Henrique Zago
Prefeito Municipal

"A coisa mais indispensável a um homem é reconhecer o uso que deve fazer do seu próprio conhecimento."